

Exército vê anistia irrestrita como 'provocação'

O Exército está neste momento profundamente preocupado com a persistência do propósito, entre alguns grupos parlamentares, de incluir na Constituição uma anistia irrestrita aos militares que foram cassados. Receia a instituição que a Constituinte esteja se deixando conduzir pela intransigência de setores radicais para uma confrontação que ameaça converter-se em crise terminal, no desfecho dos trabalhos constituintes.

Desde o início, o desgastante debate do assunto pela Constituinte tem causado mal-estar entre os militares, por entenderem que "a linguagem demagógica com que uma corrente política abordou o tema produziu distorções que eventualmente afetarão a sua avaliação pela opinião pública, acarretando injusta antipatia para os militares".

O aborrecimento se agrava em face das acusações que se fazem de estar o Exército pressionando a Constituinte, quando, de fato, o que aconteceu foi a designação de oito oficiais superiores, "cuidadosamente

preparados durante dois anos para a tarefa de acompanhar a elaboração da Constituição e, através do diálogo democrático, apresentar as razões do Exército nas questões que lhe dissessem respeito".

Só a título de ilustração, acrescenta-se, vale lembrar que o Exército dos Estados Unidos mantém permanentemente como assessores militares junto ao Congresso 83 oficiais — e nunca algum congressista americano julgou-se por isso pressionado.

O certo é que está consolidada no Exército a decisão de em hipótese nenhuma acolher uma anistia que venha a pretender promoção plena (vale dizer, ao posto de Oficial General), ressarcimento ou reintegração. Nenhuma das três medidas será obedecida, se inserida na nova Constituição, e esta, neste caso, estará natimorta.

Uma frase, que circula nos meios militares, reflete o pensamento geral do Exército:

"Uma anistia assim seria uma provocação".

Para os militares, a anistia já foi concedida e não existe 'reanistia'

A argumentação que fundamenta a posição tomada pelo Exército é a seguinte: os atos de cassação de civis foram "um processo de autofagia", ou seja, os políticos procuraram casar uns aos outros para satisfazer seus interesses regionais. O mesmo não aconteceu com os militares.

As Forças Armadas não consideram que tenha havido injustiças nas cassações de integrantes dos seus quadros. E recordam que tais cassações não se deram apenas "por justos motivos políticos, mas incluíram, em numerosos casos, um expurgo de fundamento moral".

"Como a Justiça opera muito lentamente", o poder de exceção dos atos institucionais foi acionado tam-

bém para afastar das fileiras "ladrões, pederastas, enfim, aqueles de procedimento incompatível com a vida dos quartéis".

Do mesmo modo, as Forças Armadas não sofreram derrota de espécie alguma. A Constituinte em curso é parte do caminho para o desfecho almejado de uma transição política para a qual as Forças Armadas concorreram, entre outras coisas, com a anuência à anistia daqueles que, ao ver das corporações, mereceram as punições sofridas. A anistia foi concedida nos limites do possível e deveria ser considerada assunto encerrado. "O que querem agora é uma reanistia" — comenta-se no Exército.

Agripino exclui punidos por atos administrativos

BRASÍLIA — Auxiliado pelos assessores parlamentares do Exército, Marinha e Aeronáutica, o Senador José Agripino Maia (PFL-RN) excluiu da sua proposta à Comissão de Sistematização da Constituinte a anistia aos militares cassados por "atos administrativos" e vetou o pagamento retroativo do soldo devido durante o período de cassação.

Com essas duas alterações ao primeiro texto elaborado pela "Comissão do Consenso", a emenda apresentada por José Agripino ficou praticamente idêntica à Emenda Constitucional número 26, que anistiou os militares cassados por motivos políticos. A única alteração en-

tre a original é a atual proposta constitucional são os benefícios que ela poderá conceder ao grupo de militares graduados, que só foram promovidos, na reserva, em função do critério de antiguidade e portanto atingiram no máximo o posto de Tenente. Agora, com o estabelecimento do critério de "merecimento" poderão atingir o posto subsequente (Capitão, no Exército, e Sub-Oficial, na Marinha e na Aeronáutica).

Segundo assessores parlamentares da Aeronáutica, isso significará um "ônus aceitável" para as Forças Armadas e já representa uma proposta mais vantajosa para os militares anistiados, visto que alguns setores militares e políticos defendiam a su-

País não pode pagar a 10 mil Generais

As promoções nas Forças Armadas se dão por três critérios: antiguidade, merecimento e escolha. Os dois primeiros foram relevados quando da anistia. O terceiro, o da escolha, aplica-se para as promoções a Oficial General.

Fica em torno de 6% o número de oficiais que alcançam o Generalato. A turma do atual Ministro do Exército, por exemplo, constituiu-se de 110 aspirantes, mas só sete chegaram a General. Ou seja, enquanto há na ativa, neste momento, apenas 152 Generais, dos quais 129 operacionais, existem cerca de 10.000 Oficiais do Exército que, não tendo sofrido qualquer punição, foram no entanto para a reserva sem terem alcançado o Generalato.

Pondera o Exército que, se aqueles cerca de 200 oficiais que foram cassados alcançassem por via da anistia o posto de General, "no dia seguinte os 10 mil oficiais da reserva estariam na Justiça para obter, em nome da isonomia, a mesmíssima promoção, que não conseguiram no desenrolar normal de suas carreiras".

O Exército orçou, "por mero exercício especulativo", o custo possível dessa promoção maciça: pelos padrões atuais, CZ\$ 25 bilhões, ou seja, CZ\$ 5 bilhões a mais do que o orçamento anual de todo o Exército Brasileiro, incluindo manutenção, aquisição de equipamentos e, obviamente, toda a folha de soldos e vencimentos.

A rejeição terminante do Exército de cumprir determinação desse gênero, que os constituintes acaso incluísem na nova Carta, "não seria em defesa de interesses militares, mas sim dos interesses da Pátria", conclui a argumentação.

pressão pura e simples do tema na nova Constituição, o que significaria fazer valer exclusivamente a Emenda 26.

Desde o relatório da Subcomissão dos Direitos e Deveres do Homem e da Mulher, quando o assunto foi pela primeira vez abordado na Assembleia Nacional Constituinte, os militares cassados tiveram reduzidos significativamente seus ganhos dentro da nova Constituição. Mas a principal exclusão, na emenda de Agripino, é dos marinheiros que participaram da revolta de 1964, cassados, na época, por "atos administrativos", que punem faltas disciplinares.



Cabral dá entrevista ao lado do Presidente da FMU, Edevaldo da Silva

Cabral: Estabilidade proposta é fantasiosa

SÃO PAULO — É preciso criar mecanismos para que o trabalhador se sinta seguro no emprego, ainda que não goze de estabilidade. Esta é a ideia que o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) pretende consagrar em seu substitutivo, considerando que as propostas feitas até agora são fantasiosas e não dão segurança a ninguém.

Cabral disse que todas as pressões são válidas quando se elabora uma nova Constituição, mas destacou:

— A emenda popular é a forma de o povo reivindicar, atuar na Constituinte. E diferente das pressões exercidas pelas empresas. A empresa, quando faz lobby, faz em favor de si própria, enquanto a emenda popular visa ao bem coletivo, o bem do povo.

E aproveitou para repetir que não sofreu tentativa de suborno:

— Pressões sim, suborno não. Sou um homem de passado limpo e não tenho medo de pressões. Ninguém terá a audácia de chegar a mim para fazer suborno.

Sobre as emendas populares, acrescentou que até a noite de amanhã estarão processadas pelo computador e que não irá desprezá-las. No caso das emendas pró-diretas em 88, explicou que serão encaminhadas normalmente:

— Você não pode desprezar mais de 600 mil assinaturas e, depois, não se pode fazer transição só com o Presidente da República. Tem que fazer com o povo também.

Instado a definir um perfil para o seu anteprojeto, disse que buscará o consenso da Nação. E assinalou:

— Será exatamente o perfil do que a Nação está reclamando, que reflita a realidade brasileira, que corresponda àquilo que a coletividade quer. Que não seja tão avançado, que não possa ser cumprido, nem tão parado, que seja retrogrado.

A transição democrática, segundo ele, não pode ser feita com uma "ponte fraca". Daí sua preocupação em dar ao País, com a Constituição, uma estrutura forte que garanta a ordem. Sua intenção é a de que o Brasil "alcance o Século 21 com uma Constituição que não seja apenas duradoura, como alguns querem, mas que seja a última, como desejo".

Cabral deu a entrevista pouco antes de ser homenageado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) de São Paulo — instituição da qual é professor emérito há dez anos —, na presença de seis Ministros e cinco Governadores, além do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Na cerimônia, o Presidente da Congregação, Edevaldo Alves da Silva, ressaltou os relevantes serviços que o Deputado vem prestando "à nobre causa do Direito e da Justiça". Em seu agradecimento, Cabral lembrou que esta é a semana em que se comemora a criação dos cursos jurídicos no Brasil e, ao inaugurar um busto de Rui Barbosa, que foi Rui o Relator da primeira Constituição republicana, em 1891.

Arinos defende parlamentarismo já com Sarney

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Affonso Arinos (PFL-RJ), defendeu ontem a implantação do parlamentarismo — com a permanência do Presidente José Sarney —, logo após a promulgação da nova Constituição.

Segundo ele, a polêmica existente na Constituinte em torno da duração do mandato presidencial e do sistema de governo terminarão "se o Presidente deixar de pregar o presidencialismo — ele que, em 1961, assinou uma emenda parlamentarista".

— Se o Presidente Sarney tiver o destino de ser o homem que passa de um regime a outro, ele conseguirá o mandato que desejar — disse o Senador.

Arinos preferiu não opinar sobre a possível entrega do cargo de Primeiro-Ministro ao PMDB, mas frisou que a permanência de Sarney "é importante" e deve-se ter em vista sua presença para a experiência parlamentarista.

O Senador destacou o trabalho de filtragem e afluência de contribuições que está sendo feito pelo Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os relatores-adjuntos. Depois de reunir-se com o grupo, durante toda a manhã de ontem, em dependências do Banco do Brasil, Affonso Arinos se mostrou preocupado com o pouco tempo disponível para a apreciação de inúmeras propostas apresentadas por quatro blocos de constituintes. O prazo para apresentação do parecer do Relator terminará dia 23, mas Cabral prometeu levar um esboço às lideranças partidárias no próximo dia 20.

— Tenho dúvidas sobre o tempo que todo esse trabalho pode gastar — disse Arinos, prevendo reuniões inclusive nos fins de semana.

O Senador se mostrou impressionado com a quantidade de emendas populares recebidas até antontem pela Constituinte, algumas totalizando mais de um milhão de assinaturas, embora o Regimento da Assembleia só exija o apoio de 30 mil eleitores.

— O que me chama mais a atenção é o fenômeno da participação popular — comentou.

Ontem, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, convidou o Arinos e o Deputado Bernardo Cabral para uma reunião, em sua residência, na manhã de segunda-feira.